

Documentação

MEIO AMBIENTAL

Fonte: JB

Data: 12/5/2000 Pg 9

Class.: 67

**VILLAS-BÔAS CORRÊA**

# Legalização do crime

O presidente Fernando Henrique Cardoso emplacou no interminável mutirão de terça-feira, entrando pela madrugada de quarta, o alívio da aprovação, pelo Congresso, do salário mínimo de R\$ 151 e a derrota, assimilada com indiferença, da aprovação pela Comissão Especial Mista, pelo escore acachapante de 10 votos contra 3, do substitutivo do relator à proposta de mudanças no Código Florestal Brasileiro, que literalmente legaliza o crime ambiental do desmatamento da Amazônia e de extermínio das últimas manchas da Mata Atlântica e do Cerrado.

Natural que o presidente comemore o resultado, entre pedidos reiterados de desculpas pela mesquinhez do aumento de 50 centavos diários no salário do mínimo dos mínimos. Afinal, foi o resultado de uma desgastante articulação para colar os cacos da maioria estilhaçada e segurar os parlamentares-candidatos de olho grande no voto das eleições municipais de daqui a cinco meses.

Estranhável, como singular peculiaridade da sua formação acadêmica, o desinteresse, a insensibilidade, para a dramática destruição de nossas últimas reservas florestais, que alcança dimensões de causa internacional nos riscos que rondam a Amazônia, ferida de morte.

Afinal, o reajuste do salário mínimo era questão absorvida pelo conformismo das vítimas da esmola. O crime premeditado da destruição da floresta amazônica despertará, a curtíssimo prazo, a justa e indignada reação do mundo civilizado. Basta que as notícias sobre o atentado que se acerta no Congresso, como trama de quadrilha, despertem a atenção das organizações não governamentais e a onda se propague pela mídia globalizada.

A reserva tática da popularidade internacional do presidente como intelectual de Primeiro Mundo está a pique de ser exposta à corrosão de um vexame de proporções calamitosas.

Há tempo para que o governo desperte da sonolência no acalanto dos interesses imediatistas e tente barrar o desmonte do nosso conceito como nação respeitável, mobilizando sua base de apoio parlamentar para derrubar no plenário, na votação anunciada para a próxima semana, o mostrengo armado pela malandragem ruralista, com os olhos da cobiça na fortuna fácil da exportação clandestina de madeira da floresta derrubada.

As coisas se armam às nossas barbas na cumplicidade do silêncio. Um desconhecido deputado da representação do Paraná arromba o muro do anonimato e abiscoita a relatoria da proposta de mudanças no Código Florestal Brasileiro. O deputado Moacir Micheletto tem dupla urgência em escalar o tapume onde se amoita o baixo clero e servir aos interesses do grupo que representa. Se não ganhou manchetes, está com o nome nos jornais, o rosto nas televisões com a jogada para reduzir de 80% para 50% a obrigatoriedade das reservas ambientais nas fazendas da região amazônica, com previsão para encolher para 20% dentro de três anos.

Ou o deputado não se deu ao trabalho de conferir no mapa do Brasil o tamanho do rombo que patrocina ou é mais esperto do que parece e sabe muito bem a lambança que está fazendo. Pois o que defende é simplesmente transformar em deserto 400 mil quilômetros quadrados das reservas florestais da Amazônia e, de lambuja, escancarar à fúria das motosserras as sobras do Cerrado e dos 8% da Mata Atlântica que os proprietários, por lei, devem preservar. Quatrocentos mil quilômetros quadrados equivalem a duas vezes o território do Paraná, estado que o deputado está dispensado de depenar porque outros chegaram à sua frente.

Na Amazônia a ganância dos ruralistas tem muito a derrubar, apesar do estrago das motonetas dos madeireiros, que devastaram cerca de 780 mil quilômetros quadrados, duas vezes o território da Alemanha.

Inútil desfilar argumentos a ouvidos entupidos pela serragem do lucro fácil. O que não é o caso do presidente. Entre as muitas mudanças de estilo e de correções táticas que vem aprontado, encaixa-se a esperança de que desperte para a inevitável campanha internacional contra a insanidade que desliza pelas barganhas parlamentares.

Único representante do governo a expor-se na denúncia ao desatino que se monta no Congresso, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, confia na mobilização da maioria para deter no plenário a avalanche ruralista. Se o plenário embarcar na tora de madeira de lei que desce pelo Rio Amazonas, restará o prometido veto presidencial.

Falhando a última linha de resistência, o brio do ministro, de respeitável militância ambientalista, o obrigará a pedir demissão e sair para juntar-se ao coro de protesto contra o crime, que merece a qualificação de hediondo.